

# MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: IDENTIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS.

Grupo de trabajo: GT11

Edilene Machado Pereira<sup>1</sup>  
Aparecida das graças Geraldo<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta o resultado parcial da pesquisa em andamento no tocante às desigualdades perpetuadas no Brasil no campo educacional e do mercado de trabalho, agregadas a Interseccionalidade entre raça, gênero e posição social. Denunciadas nas discussões acerca do racismo perpetuado na atualidade e evidenciando em caráter mundial atitude que a pouco tempo era inversa. Nossa sociedade era vista como uma “democracia cordial” sem conflitos raciais, ledor engano, o que sempre reinou foi a dissimulação e ocultação da realidade no Brasil. Nele a situação da mulher negra nos seus aspectos biopsicossocial é entendida como a continuidade de uma realidade forjada ainda no período escravista. Novas investigações no campo das relações raciais e de gênero, contudo, apontam que essa situação vem sendo alterada. A partir da elaboração e utilização de estratégias individuais e ou coletivas, dentre elas possibilitando a permanência no setor educacional, direito outrora negado as mulheres negras. As mulheres negras têm desenvolvido ações visando a superação do preconceito de marca, e que tem garantido a sua participação em diversos setores. Aqui, nós propomos um momento de reflexão em torno do tema da Mulher Negra Brasileira no que diz respeito aos limites e entraves criados pelo sistema racista e patriarcal à sua inserção no mercado de trabalho, educação, representação e utilização da mídia e novas tecnologias. Apresentaremos algumas das estratégias até aqui desenvolvidas por mulheres que fortalecendo suas identidades, se reconhecem e se tornam sujeitos políticos, desenvolvendo práticas que se constituem como respostas às violências e negações vivenciadas e que apontam novos caminhos, possibilidades e perspectivas de sobrevivência.

## Introdução.

Vivemos em uma “democracia” aonde a supremacia branca vem usando desse privilégio desde sua chegada nessa terra brasileira. Oficialmente, são 125 anos do fim da escravatura no Brasil, entretanto, até hoje não superamos as marcas desse período, no que diz respeito à exclusão educacional, profissional, social de raça e de gênero. A abolição da escravidão não seguida de políticas reparadoras e compensatórias para a população ex-escravizada acabou por atribuir ao negro a culpa pelos seus próprios problemas.

Aos poucos o governo vai reconhecendo essa verdade. Um grande passo foi dado no ano passado quando o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional a reserva de cotas para negros e demais afrodescendentes em universidades públicas, não cedendo à pressão da elite brasileira branca que lutava para que esse sistema já adotado por algumas Universidades Estaduais e Universidade de Brasília (UNB) fosse considerado inconstitucional, alegando que esse sistema feria a nossa constituição e que estávamos importando um sistema utilizado nos Estados Unidos e que não cabia no nosso País.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia, pela universidade Estadual Paulista/ UNESP-Araraquara/Brasil. Mestra em Antropologia. Email: ms.soc.lenamachado@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação, pela Universidade Estadual Paulista/UNESP-Araraquara/Brasil. Mestra em Políticas Públicas. Email: cidagerald@gmail.com

Como fio condutor desse trabalho utilizaremos as concepções de Lélia Gonzalez (1935-1994), política, professora e antropóloga brasileira, mulher negra, pioneira ao tratar a temática da mulher negra de maneira radical realizando ações de enfrentamento e o exercício dialético de reivindicação pela garantia e ampliação de direitos.

Lélia Gonzales procurou analisar a desigualdade existente na sociedade brasileira, onde o principal atingido é a população negra, e a perpetuação de um lugar de exclusão dessa população<sup>3</sup>. Suas pesquisas ainda encontram ressonância nos dias atuais, ao vermos a luta diária da população negra e em partícula da mulher negra.

Portanto, mulher negra, pesquisadora e ativistas no Movimento de Mulheres Negras, acreditaram na possibilidade de construção identidade pós-diaspórica, no fortalecimento de busca de maior entendimento em torno da questão de construção e fortalecimento do sujeito coletivo mulher negra visualizando novos caminhos a seguir.

Essa possibilidade tem sido construída apesar dos processos de exclusão social da mulher negra discriminada pelo gênero, pela raça e pela condição socioeconômica, sua cidadania é ignorada constantemente. Se as diferenças e exclusões são construídas, é importante saber como se dá esta construção e como ela é atualizada, para discriminar as pessoas e excluí-las da participação democrática, dos modos de produção, intencionalmente ou não, tendo como demolidor o racismo. Opinião também apoiada pelas palavras de Gonzales,

“As condições de existência material desta população negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretção da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados.” (GONZALES, 1982, p. 15).

Hoje é visualizado por institutos de pesquisas como IBGE; IPEA, ETHOS, LESSER, o quadro de discriminação que afeta as mulheres negras no seu acesso aos bens educacionais, econômicos, sociais e profissionais, fato que produz um ciclo de violência simbólica expressa, o que Luiza Bairros (1991), apropriadamente já chamou de “reforço da subordinação”. Parto, portanto, da perspectiva de que esta negação precisa ser extirpada da nossa sociedade, e do nosso “eu”.

Particularmente importante nessa descrição é o trabalho de Nilma Lino Gomes (1995),<sup>4</sup> que em sua pesquisa com mulheres negras, professoras universitárias, constatou que mesmo ultrapassando diversas barreiras que lhes dificultam o acesso a escolarização e inserção no mercado de trabalho, continuam a ser alvo de preconceitos e atitudes discriminatórias baseadas em raça, sexo e classe.

Se as diferenças e exclusões são construídas, é importante saber como se dá esta construção e como ela é atualizada cotidianamente. NOGUEIRA (1954), no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, apresentou um estudo onde comparava a situação racial do

---

<sup>3</sup> Em seu trabalho, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. São Paulo, ANPOCS, 1983, pp. 223-244.

<sup>4</sup> Ver também BENTO (2003) e QUEIROZ, 2004).

Brasil com outros países, principalmente os Estados Unidos<sup>5</sup>, onde ele defende a teoria da existência do “racismo de marca e de origem”, no Brasil e em particular no município de Itapetininga, em São Paulo. Tendo se constituído segundo GUIMARAES (1999),

Numa referência obrigatória para os estudos de relações raciais, mas serviu também de síntese erudita da dicotomia entre o Brasil e os Estados Unidos, em termos das relações entre brancos e negros. Era o ingrato destino de uma reflexão, que fora apropriada por uma política identitária nacionalista que buscava, a todo custo, firmar o caráter "democrático" e "brando" das relações raciais no Brasil, em contraste com o resto do mundo, notadamente os Estados Unidos. A síntese de Oracy Nogueira era, sem dúvida, muito mais complexa e muito mais inovadora do que o entorno político de então deixava perceber (1999, p. 169).

A construção dessa ilusória democracia racial branda invisibilizou a real situação da população negra<sup>6</sup> e em particular aqui das mulheres negras. Sendo possível a história oral brasileira “esquecer” de mulheres negras como Mônica de Meneses Campos, a primeira mulher negra a cursar o Instituto Rio Branca e fazer carreira diplomática, Zaira de Oliveira, pioneira ao conquistar o prêmio de canto do Instituto Nacional de Música, em 1921.

Virginia Leone Bicudo, professora negra da Escola de Sociologia e Política e Psicanalista nos anos 40, e tantas outras no passado postas de lado na história, graças ao racismo brasileiro que se renova sofrendo mutações constantes. Essa invisibilização afeta a subjetividade das mulheres negras geração por geração.

Entretanto essa invisibilização constante pode dificultar o empedramento, porém não barra a caminhada. Pesquisas como a realizada pela Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para a segunda edição do *Retrato das Desigualdades, no ano de 2006, revelam* que as mulheres negras atualmente no Brasil são 43 milhões, o que equivale a 24,1% da população, cidadãos que continuam sofrendo o fenômeno da dupla discriminação de gênero e de raça em todos os setores da sociedade. É imprescindível conhecer a nossa história, PEREIRA (2008),

As mulheres que ficaram nas senzalas e tentaram ou conseguiram manter relações de educação com os filhos; as que perderam os filhos e não desistiram da luta; aquelas também que durante a vinda do continente africano decidiram que a melhor saída era a morte e se mataram, pulavam dos navios com seus filhos; as que não se submeteram aos caprichos do branco europeu, dos escravizadas, que apanharam, foram estupradas e que mesmo assim sobreviveu a toda essa luta. Eu acho que a gente carrega isso, e isso me faz ter orgulho de ser mulher preta. Eu tenho muito

---

<sup>5</sup> "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". O trabalho (Nogueira, 1985 [1954])

<sup>6</sup> Aqui utilize a denominação utilizada pelo censo demográfico brasileiro, onde o termo negro, se refere aos pretos e pardos brasileiros.

orgulho, eu sou muito feliz, com todas as dificuldades que a gente carrega. (Luisa) <sup>7</sup>.

Essa estima funciona como alavanca para continuar lutando por um futuro melhor para suas descendentes na sociedade brasileira.

### **Mulher negra da “Boa Aparência ao esquecimento”.**

Ser mulher negra na sociedade brasileira ‘e carregar mais de 500 anos de exclusão, de supremacia branca. A Interseccionalidade<sup>8</sup> aqui entre gênero e raça, é uma ferramenta de análise poderosa, que vem nos ajudar a perceber como diferentes conjuntos de identidades tem impacto no acesso e uso de direitos e oportunidades entre mulheres negras e brancas que vivenciam diferentes experiências numa sociedade racializada como a brasileira.

Anos a fio o racismo a brasileira veio apurando seus mecanismos de exclusão dessa população. A exclusão passava pela falta de escolarização, estamos vencendo esse empecilho, ainda temos muito a caminha, nos mulheres negras aqui presentes sabemos que ainda somos exceção à regra, a brancas também sabem disso, em cima da sua supremacia branca, portanto, precisamos continuar nossa luta. Bell Hooks<sup>9</sup> corretamente afirma que,

“As mulheres compartilham não e a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo, ou seja, pelo fim das relações baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas Para nos negros e necessários enfrentar esta questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder na esfera pessoal interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes as que permitem à existência do racismo a crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridade” (apud, BAIROS 1995, 462).

É inegável que situação da mulher melhorou durante o século XX e início do século XXI e muitos direitos foram conquistados. Todavia o percurso ainda não está completo, pois há diferenças sociais significativas entre as mulheres, brancas e negras. As que conseguem alcançar o tão esperado alto grau de escolarização, ainda são invisíveis no mundo do trabalho.

### **Caminho longo e persistente**

Sejam como graduadas, especialistas, mestras, doutoras e até mesmo técnicas em profissões que mostram à força e a inteligência de uma população que durante anos foi estigmatizada, em virtude da coexistência, no Brasil, de maneira densa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu.

<sup>7</sup> Depoimento de um das minhas entrevistadas no mestrado. “Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/Ba”-2008.

<sup>8</sup> Conceito desenvolvido por *Kimberlé Crenshaw (2002)*. Define que “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes, propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero”.

<sup>9</sup> Destacada feminista Norte Americana.

Mesmo sendo *Pretos e pardos no Brasil a maioria da população (51,1%)*, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad 2009). Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE 2010) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste, em nosso país, um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, em particular a africana.

O avanço é notório, contudo, para se integrarem nessa sociedade de classes brasileira, precisam constantemente driblar o preconceito, racial, sexual e econômico, e trilhar um caminho de tripla jornada de trabalho, trabalhar, estudar, e muitas vezes cuidar dos filhos, contrariando as expectativas e conciliando as jornadas para adentrarem nos níveis melhores de escolarização. Como FERNANDES (1965) discute no seu livro “*A interação do negro na sociedade de classes*”.

Numa sociedade que ainda impera o preconceito racial e de gênero essas mulheres sabem que precisam mostrar um desempenho melhor que o homem (branco e negro) e da mulher branca para lutar contra o efeito dos atos discriminatórios que sofrem no ambiente profissional, de forma velada ou aberta, onde sua capacidade profissional é testada diariamente, são requeridas uma construção diária de uma consciência crítica contra os mecanismos utilizados contra elas para bloquear sua ascensão profissional e social consequentemente.

Segundo a última pesquisa populacional as mulheres brasileiras representam 51,3% do total da população 43,9% da população economicamente ativa (PEA/IBGE) e 42,6% da ocupada. Sendo 25% brancas e 25,38% negras (pretas e pardas).

Como fica a subjetividade dessa mulher? A invisibilização dessas mulheres negras ainda é constante e tem uma atuação nefasta na construção da sua subjetividade, o sexismo e o racismo, vem como apoio à esse mecanismo utilizando aqui as palavras de BELL HOOKS (1995),

perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprimindo na consciência cultural coletiva a ideia que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros BELL HOOKS (1995).

O não reconhecimento de seu avanço social e profissional diminui todo seu esforço de opor-se ao que lhe foi oferecido de dominação e interiorização. A família tem papel fundamental na formação da personalidade dessas mulheres. É no ambiente familiar, que na sua infância são despertados os valores e absorve-se orientações positivas ou não. Felizmente, particularmente, para essas personagens funcionou de forma positiva em sua trajetória de vida, quebrando barreiras raciais e sociais.

É particularmente importante reconhecer o grau em que a contribuição das mulheres negras têm sido ignoradas, distorcidas, e incompreendidas, ainda que as ativistas brancas, estudantes sobre o aparente fracasso de nos mulheres entendam que construímos nossa subjetividade diariamente e que nossa luta agrega gênero e raça. Não somos as coitadinhas, somos dandaras e queremos esse reconhecimento.

Para isso são utilizadas estratégias para minimizar o preconceito no mercado de trabalho, estudando mais, aproveitando oportunidades, no setor social valorizando sua estética racial e assim sua identidade, resgatando suas origens de forma positiva, reconhecendo o caminho percorrido por suas antepassadas e o quanto precisam ainda percorrer.

A síntese dos indicadores sociais feita pelo IBGE (2010) mostra isso, a mulher continua sendo maioria no país em que há 190,7 milhões de indivíduos, sendo 97,3 milhões de mulheres e 93,3 milhões de homens, entretanto continua sendo excluída da vida pública, e quando incluídas ainda ganham menos

que os homens em cargos semelhantes situação que se agrava para a mulher negra, pois a ela se agrega a raça, chegando a ganhar quando conseguem emprego 55 menos que a mulher não negra, assinala a pesquisa.

A PNUD 2012 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) aponta que as mulheres ganham metade do que os homens (R\$ 270,33 contra R\$ 541,44), uma mulher branca ganha quase o dobro de uma mulher negra (R\$ 350,62 contra R\$ 189,48) e mais que um homem negro (R\$ 315,24). A diferença entre os homens brancos (R\$ 723,55 mensais) e as mulheres negras (R\$ 189,48) é de 3,8 vezes. Apesar de serem 46,1% da população brasileira, as pessoas consideradas de cor preta e parda (negras) são 62,3% dos pobres do país.

Usa-se muitas vezes a justificativa da pouca escolarização, por parte da população negra e em particular aqui da mulher negra, entretanto, essas mulheres que fazem parte da pesquisa acima são escolarizadas tanto quanto as brancas, muitas vezes mais, contudo o quesito cor ainda é o divisor de águas.

A marca da cor impede essa compreensão. Portanto a elevação da estima é uma tarefa constante dessas mulheres, que necessitam provar que são capazes, que a cor da pele não é sinônima de inferioridade, falta de capacidade, competência ou seriedade no serviço e na vida.

Podendo assim desfrutar do esforço de vencer barreiras educacionais, de gênero, de raça e econômica e desfrutar socialmente desse esforço e vencendo às vezes de forma individual, outra coletiva. Tendo a família muitas vezes como apoio, que acredita no num mundo diferente para o Brasil e para a mulher negra. Sabemos que o nosso racismo e sexismo sofre mutações constante, em todos os setores da sociedade brasileira.

A marca da cor impede essa compreensão. Portanto a elevação da estima é uma tarefa constante dessas mulheres, que necessitam provar que são capazes e que a cor da pele não é sinônima de inferioridade, falta de capacidade, competência ou seriedade no serviço e na vida.

A síntese dos indicadores sociais feita pelo IBGE (2010) mostra que a mulher continua sendo a maioria e que há 190,7 milhões de indivíduos, sendo 97,3 milhões de mulheres e 93,3 milhões de homens, entretanto continua sendo excluída da vida pública, e quando incluídas ainda ganham menos que os homens em cargos semelhantes situação que se agrava para a mulher negra, pois a ela se agrega a raça, chegando a ganhar quando conseguem emprego 55% menos que a mulher não negra, assinala a pesquisa.

No tocante ao mercado, a “boa aparência” como nos lembra DAMASCENO (2000), serviu “como princípio seletivo de oportunidades profissionais, (p. 165)”. Cumpriu seu papel de exclusão da mulher negra no mercado forma, visto que no informal ela sempre esteve atuante, dentro da senzala, fora dela como vendedora permaneceram responsáveis pela execução de trabalhos domésticos. Portanto, elas sabiam o que era dupla jornada. como lavadeiras, empregadas domésticas etc. Recorrendo as sábias palavras de CARNEIRO (2003),

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravos nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2003).

Em 24/11/98 foi sancionada a Lei 1905 que proíbe a termo “exige-se boa aparência”, nos anúncios de recrutamento, tendo como intuito coibir a seleção previa. Onde se lia boa aparência como os negros liam “para brancos”. Até hoje essa lei é criticada e dita como infundada, afinal temos que levar em conta de onde se esta falando e quem esta falando. Realmente se um branco via essa ressalva, com certeza não lhe causava nenhum constrangimento, no mundo eurocêntrico a boa aparência é branca, é limpa e confiável.

Na foi dessa forma que foi construído o ser negro, ele foi visto como preguiçoso não confiável e feio. Como preguiçosos se desde a senzala o povo negro trabalha, tanto o homem negro como as mulheres negras continuam ganhando a rua, lutando para trazer sua coletividade, deixando assim de ser exceção a regra, enfrentam ainda o nosso racismo bem elaborado, que se concentrou em certos espaços vitais como o mundo do trabalho, segundo DAMASCENO (2000, 170),

“a boa aparência sempre foi citada como exemplo da radicalidade do racismo à brasileiras como por exemplo, Hasenbalg, 1979 e Telles, 1994, ao examinar as desigualdades raciais em domínios mais ou menos específicos- desde o espaço educacional até o mercado de trabalho” (DAMASCENO 2000, 170).

A “boa aparência” deu lugar ao “Perfil” adequado para assumir cargos de chefia nas empresas as quais conseguem adentra, sejam elas, publicas ou privadas ou do terceiro setor. A escolarização não é suficiente, para barrar o racismo a brasileira, a “boa aparência” funcionou como princípio seletivo de oportunidades profissionais (idem, p. 165). Surge a pergunta: Qual é a cor e a função do “Perfil” exigido no mercado de trabalho de linha de frente brasileiro? Por que nos cargos de direção ainda perdura a ausência quase que total da mulher negra? Qual o espaço social da mulher negra? É o espaço da subalternidade? A violência à mulher negra perpassa a dimensão racial, inclui também a violência moral e psicológica. Tais violências ocorrem diariamente, sendo necessárias políticas que coloquem a mulher como ser participativas socialmente, capaz de compor papéis que a ela muitas vezes e negado.

Pesquisa realizada no ano passado nas 500 maiores empresas em cargos de chefia, divididas por raça: branca e negra confirmam esse lugar. As mulheres Brancas representam- 13,7%%, quanto as negras representam - 0,5% - números absolutos, seis negras (todas pardas).

A violência à mulher negra perpassa a dimensão racial, inclui também a violência moral e psicológica. Tais violências ocorrem diariamente, sendo necessárias políticas que coloquem a mulher negra como ser participativas socialmente, capaz de compor papéis que a ela muitas vezes e negado.

É necessário, portanto que o estado brasileiro leve em consideração o percurso histórico da mulher negra e suas contribuições que vem desde a senzala, a vendedora ambulante, do trabalho informal, ao emprego domestico na casa do branco, do emprego domestico a fabrica, da fabrica universidade publica, da universidade ao mercado de trabalho qualificado. Uma longa caminhada que não pode ser invisibilizada.

### **Considerações finais.**

O propósito desse trabalho era analisar a desigualdade social, com base na raça, gênero e posição social. Procurando trazer dados históricos desde nossa colonização onde se criou o local social do negro, do índio e do branco nesse país. Os anos se passaram o branco, negro e indígena conseguiram adentra na escola, em momentos distintos. A mulher negra foi “permitida” se escolarizar após a entrada da mulher branca, enfrentando o preconceito de raça e gênero.

Pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e Ibope (2010) mostra o perfil de algumas empresas brasileiras no tocante a diversidade racial e de gênero, onde se constatou que a mulher negra ainda tem muito a caminhar nesse Brasil multi racial, apesar da verificação de evolução positiva da participação dos negros (pretos e pardos), no tocante a mulher negra a situação ainda é drástica ela fica com 9,3% da base e 0,5 do topo.

Segundo o Sr. Jorge Abraão, presidente do Instituto Ethos, “os negros/as aparecerão nas empresas da mesma forma que na sociedade somente em 2.160”, será? Cabe a nos continuar contrariando as estatísticas por um país mais justo, igualitário e sem racismo onde o resto do mundo possa ver essa diferença na sociedade.

Que sejamos de fato uma democracia onde possamos ver outras mulheres negras Desembargadoras a exemplo da primeira que é a Dra. Luislinda Valois Santos primeira Desembargadora negra do TJ-BA, quebrando todos os preconceitos e em tantas outras profissões que são capazes de exercer, com radicalidade, força, garra e inteligência.

A mulher negra ao tomar conscientização do seu próprio corpo como algo belo e importante, da sua capacidade de se reinventar, de ressurgir, mesmo se contrapondo ao modelo constituído mundialmente como perfeito, o modelo eurocêntrico, auxilia na luta para construção de uma subjetividade.

Como mulheres negras e militantes sabemos na pele que ser mulher e negra no Brasil significa estarmos inseridas num ciclo de marginalização e discriminação socioeconômica e racial. Sabemos também que nossa luta é diária e precisamos continuar.

Consciente da luta radical travada por nossas antepassadas e por nós com o intuito de enfrentamento e superação das desigualdades que nos foram e são impostas em todas as áreas na nossa sociedade. Em busca do reconhecimento e respeito das nossas diferenças e importância. Que políticas públicas sejam implementadas cada vez mais no sentido de uma sociedade verdadeiramente democrática.

### Referencias Bibliográficas.

AMARAL, J. Á.

*Resumo Chronologico e Noticioso da Província da Bahia desde seu descobrimento em 1500.*  
In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, vol. N. 47, 1921-22, p. 71-559.

BAIROS, L.

*Mulher Negra: reforço da subordinação. In: Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. p. 177-193. 1º OLIVEIRA. 1991.*

BARROS, L.

*Nossos Feminismos Revisitados. Estudos Feministas. 1995, N.2. p 458/463.*

CARNEIRO, S. S.

*“Mulher negra”. In: Mulher negra; política governamental e a mulher. São Paulo. 1985.*

CARNEIRO, S. S.

*Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora. 2003, p. 49-58.*

- CAVALLEIRO, E. dos S.  
*Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo*, p.65-  
 Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de  
 Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 236p. (Coleção Educação para  
 todos). 2005. Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria  
 de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 236 p. (Coleção Educação para  
 todos). 2005. Volume 06. História do Negro e outras histórias. Edições  
 MEC/BID/UNESCO Brasília.2005.
- CURTIN, P.  
*The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: Wisconsin University Press. 1969.
- DAMASCENO, C. M.  
*Em casa de enforcado não se fala em corda. Notas sobre a construção social da “boa”  
 aparência no Brasil: Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil.*  
 Organizadores Antonio Sergio Guimarães e Lynn Huintley. p. 165-198. SEF Since 1867.  
 Paz e Terra. 2000.
- FERNANDES, F. In: Bastide, R; Fernandes, F.  
*Branços e Negros em São Paulo*. Anhembi, São Paulo. 1971.
- FREYRE, G.  
*Social life in Brazil in the middle of the 19th century (Vida social no Brasil nos meados  
 do século XIX)*, dentro do periódico *Hispanic American Historical Review*, volume 5.  
 Tese de mestrado. 1922.
- GOMES, N. L.  
*A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GONZALEZ, Lélia.  
*A mulher negra na sociedade brasileira*. In: LUZ, Madel T. (Org). O lugar da mulher:  
 estudos sobre a condição feminina. Rio de Janeiro, Edições Graal, 146p. 1982.
- GUIMARÃES, A. S. A.  
*A Marca da Cor*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 14 n.41 São Paulo,  
 Out.Comunicação Oral na Mesa Redonda: Determinantes Histórico-Sociais do Racismo,  
 no II Seminário nacional Relações Raciais e Educação: *A Produção de Saberes e  
 Práticas Pedagógicas*, dia 29 de novembro de 2001, UFF.
- HOOKS, B.  
*Intelectuais Negras*. In: Revista Estudos Feministas, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 19956, p.  
 468.
- MUNANGA, K.  
*Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*.  
 Petrópolis: Vozes.1999.
- NIMUENDA, C.  
*Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- NOGUEIRA, O.

*Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga* (apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti). São Paulo: Edusp. 245 pp. ISBN - 85-296-0038-X 278p.(Coleção Educação para Todos). 1954.

PEREIRA, E. M.

*Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA*. 2008.126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 2008.

PETRUCCELLI, J. L.

*Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930* (French doctrines and Brazilian racial thought, 1870-1930) Estudos Sociedade e Agricultura. 1996, n. 7, 190 p.

PRADO J. C.

*História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2006.

RIBEIRO, A. I. M.

*Mulheres educadas na colônia*. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: autêntica. 2000. p.79-94.

ROMERO, S.

*História da Literatura Brasileira*. 4a ed. Rio de Janeiro, José Olympio. 1949.

SCHWARCZ, L. M.

*Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1987.

SCHWARCZ, L.M.

*Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos*. Mal-estar na Cultura. Porto Alegre: PROEXT-UFRGS. 2010.

SCHUMACHER, S.; VITAL BRASIL, É.

*Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional. 2007.

SCOTT, J.

*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SILVA, M. N.

*Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares. 2006.

SOUZA, J.

*(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?*. Lua nova, n. 59, p. 51-53. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 2003.

TEIXEIRA, M. A. S. B.

*Racismo no Trabalho: comentários sobre algumas experiências práticas*. Revista São Paulo em Perspectiva. **NEGRO** v.02/ nº.2 . Abr-Jun.1988.

TRENTO, Â.

*Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Studio Nobel, 1988- História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.